



CÂMARA MUNICIPAL VEREADOR JOSÉ COELHO RIBEIRO
SUCUPIRA DO RIACHÃO –MA
RUA GRANDE S/N -CENTRO
CPJ Nº 03.018.837/0001-56

Parecer Jurídico nº 04/2022

Referencia: Processo Administrativo nº 100.22/2022/CPL

Solicitante: Carmélia Maria Oliveira Lima

Ementa: “Contratação de empresa para aquisição de móveis e equipamentos de informática para o Legislativo de Sucupira do Riachão/MA”.

I – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de Parecer Jurídico quanto a possibilidade de contratação de empresa para aquisição de móveis e equipamentos de informática para o Legislativo de Sucupira do Riachão/MA, nos termos do artigo 24, II da Lei nº 8.666/93.

Consta despacho do setor competente, o qual informa a previsão de despesa na programação orçamentária, exercício 2022, na forma seguinte: ÓRGÃO: 01 Poder Legislativo UNIDADE GESTORA: 0101 Câmara Municipal PROJETO/ATIVIDADE: 01 031 0001 1.001 – Aquisição de móveis e equipamentos. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

É o sucinto relatório.

Passo a análise jurídica.

II – CARÁTER OPINATIVO DO PARECER

Prefacialmente, importante destacar que o exame da Assessoria Jurídica cinge-se tão somente a matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base a Legislação Pátria, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.

Outrossim, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, restando facultado aos membros desta Casa a utilização ou não dos fundamentos expostos.

III – ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente, cumpre ressaltar que a Licitação Prévia é um procedimento obrigatório a ser adotado pela Administração Pública quando pretenda contratar bens e serviços, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Dentre essas exceções está a licitação dispensável, que é toda aquela que a Administração dispensar, se assim lhe aprouver. Nela, há a possibilidade de competição, mas a Lei faculta a dispensa, cuja conveniência está inserida da discricionariedade da Administração Pública.

Tais hipóteses, por constituírem exceção à regra, devem ter interpretação restritiva, sendo seu rol taxativo, não podendo, pois, ser ampliado.

Dentre essas previsões legais tem-se:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Logo, de acordo com a Lei 14.133/2021, a licitação é dispensável nas compras até o valor de R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil, vinte reais e quarenta e um centavos).

No caso em questão, o valor do objeto da contratação totaliza a quantia de R\$ 16.907,22 (dezesesseis mil, novecentos e sete reais e vinte e dois centavos), condizente, pois, com a modalidade escolhida.

Outrossim, segundo consta da documentação anexa, esta Casa possui dotação orçamentária para tal aquisição. Logo, conclui-se que a compra do objeto da presente Dispensa enquadra-se na exceção legal, sendo possível a compra direta caso assim entenda conveniente o gestor.

Da análise da minuta do edital e minuta do contrato, verificam-se atendidos todos os requisitos legais, quais sejam definição clara e precisa do objeto do certame, exigências de habilitação, critérios de aceitação das propostas, sanções por inadimplemento e as cláusulas contratuais, inclusive as que contém os prazos para a prestação de serviços e,

sob a ótica jurídica-formal, a conformidade com as exigências legais preconizadas para o instrumento em espécie, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

No mais, o procedimento em tela será autorizado pelo titular do órgão, sendo devidamente justificada a dispensa de licitação pela seção encarregada de sua realização e ratificada pela autoridade competente, nos termos da Lei 14.133/2021.

IV – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, do ponto de vista da constitucionalidade, da juridicidade e da boa técnica legislativa, a contratação do objeto em análise encontra-se formalmente e legalmente adequado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, atendendo ao interesse público, bem como estando com preço compatível praticado no mercado.

No que diz respeito às minutas que acompanham o referido procedimento, observa-se que todas estão em conformidade com a legislação pertinente, qual seja, a Lei nº 14.133/2021.

Dito isto, estando o presente processo formalmente em ordem, a Assessoria Jurídica opina pela Dispensa de Licitação.

Sugere-se à Vossa Excelência que proceda a remessa desse Parecer à Comissão de Licitação, para a continuidade do processo licitatório, caso seja o vosso entendimento.

É o parecer.

Sucupira do Riachão/MA, 25 de maio de 2022.

Nyelma Coelho Leite de Carvalho Noletto
Dra. Nyelma Coelho Leite de Carvalho Noletto

Assessora Jurídica - OAB/PI nº 11.387 OAB/MA nº 17.571-A